

Sul América Odontológico S.A.

CNPJ 11.973.134/0001-05



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Odontológico S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 435, emitida em 23/11/2018. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma essas demonstrações financeiras, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. 1. **Conjuntura econômica:** Ao final de 2019, a economia brasileira apresentava sinais de retomada de crescimento. Ao longo do ano, diversos impactos – evento Brumadinho, crise na Argentina, desaceleração global – prejudicaram um processo mais firme de recuperação. Fatores pontuais impulsionaram o crescimento no segundo semestre, com destaque para a liberação dos saques do FGTS/PIS, que, ao lado de uma melhoria das condições financeiras, favoreceram a expansão do crédito e incrementaram o consumo das famílias. Os investimentos também ganharam força no período, beneficiados pela elevação da confiança dos empresários, que se seguiu à aprovação da reforma da Previdência e ao anúncio de uma agenda de medidas com reformas focadas no endereçamento do quadro fiscal brasileiro. Com essa recuperação relativa, a economia, que iniciou 2019 em ritmo lento, teve encerrar o ano com uma expansão do PIB entre 1,0% e 1,2%. O ano de 2019 deixou também heranças positivas que devem contribuir para um ambiente mais favorável à sustentação do crescimento. A expectativa é que a inflação em 2020, medida pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor (IPCA), seja menor do que a de 2019,

que foi afetada por diversos choques de preços no final do ano, cujos efeitos devem arrefecer ao longo de 2020. A taxa básica de juros da economia (Selic) recuou de 6,5% no início do período para 4,5% em dezembro/2019, refletindo o quadro de inflação mais confortável e o crescimento econômico moderado. Houve uma mudança importante no padrão de crescimento da economia brasileira em 2019. De uma expansão comandada por gastos públicos e crédito oficial, conforme visto em retomadas anteriores, passou-se para um crescimento dirigido pelos investimentos privados e pelo consumo das famílias. Esse comportamento, mais saudável e sustentável se comparado a ciclos anteriores, elevou as expectativas para o crescimento do PIB em 2020, denotando um ambiente mais positivo para o ano. 2. **Principais informações financeiras:**

Resultado (R\$ milhões)	2019	2018	Δ
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	86,0	92,7	-7,2%
Eventos indenizáveis líquidos	-46,6	-48,5	3,9%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	39,5	44,3	-10,8%
Resultado bruto	43,0	40,1	7,2%
Resultado financeiro líquido	6,8	5,2	30,5%
Resultado antes dos impostos e participações	20,9	21,5	-2,9%
Resultado líquido	11,5	13,7	-15,6%

3. **Comentário sobre o desempenho:** No ano de 2019, a receita das contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde foi de R\$86,0 milhões, 7,2% abaixo do apresentado em 2018. Os eventos indenizáveis líquidos totalizaram R\$46,6 milhões em 2019, com uma melhora de 3,9% na comparação com o ano anterior. O resultado das operações com planos de assistência à saúde foi de R\$39,5 milhões, queda de 10,8% em relação a 2018. A linha do resultado financeiro líquido em 2019 foi 30,5% maior em comparação com 2018, totalizando R\$6,8 milhões. O resultado líquido da Companhia foi de R\$11,5 milhões em 2019, 15,6% abaixo em relação a 2018.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais)

Ativo	Notas	2019	2018	Passivo	Notas	2019	2018
Circulante		122.378	84.001	Circulante		61.458	24.665
Disponível		15	422	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	12.338	11.489
Realizável		122.363	83.579	Provisões de contraprestações		4.113	3.476
Aplicações financeiras	5	72.041	74.503	Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG		4.113	3.476
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		14.754	14.050	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		2.729	2.112
Aplicações livres		57.287	60.453	Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		5.496	5.901
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		6.509	3.353	Débitos de operações de assistência à saúde		507	567
Contraprestação pecuniária a receber	6	6.344	3.353	Contraprestações a restituir		3	–
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		165	–	Receita antecipada de contraprestações		50	112
Despesas diferidas		897	1.193	Comercialização sobre operações		334	436
Créditos tributários e previdenciários	7.1	4.140	3.994	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		120	19
Bens e títulos a receber	8	38.776	536	Débitos com operações assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		118	346
Não circulante		236.372	33.863	Provisões		598	246
Realizável a longo prazo		43.416	2.988	Provisão para IR e CSLL		569	240
Créditos tributários e previdenciários	7.2	382	373	Provisões para ações judiciais	15.2	29	6
Despesas de comercialização diferidas		431	396	Tributos e encargos sociais a recolher	12	3.900	3.115
Ativo fiscal diferido	7.2	1.125	2.209	Débitos diversos	13	43.997	8.902
Depósitos judiciais e fiscais	14	11	10	Não circulante		52.810	788
Outros créditos a receber a longo prazo	8	41.467	–	Provisões		997	778
Investimentos	9	162.223	–	Provisões para ações judiciais	15.2	997	778
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		162.223	–	Tributos e encargos sociais a recolher	12	–	10
Participações societárias - Operadora de planos de assistência à saúde		162.223	–	Tributos e contribuições		–	10
Imobilizado		47	60	Débitos diversos	13	5.183	–
Imobilizado de uso próprio		47	60	Patrimônio líquido		244.482	92.411
Imobilizado - Não hospitalares / Odontológicos		47	60	Capital social	16	192.595	44.345
Intangível	10	30.686	30.815	Reservas		51.886	48.081
				Reservas de lucros		51.886	48.081
Total do ativo		358.750	117.864	Ajustes de avaliação patrimonial		1	(15)
				Total do passivo		358.750	117.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01/01/2018	40.251	4.094	37.649	41.743	–	–	81.994
Aumento de capital com reserva legal, conforme ata do dia 29/03/2018	4.094	(4.094)	–	(4.094)	–	–	–
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	(15)	–	(15)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	13.682	13.682
Proposta para destinação do lucro:							
Reserva legal	–	684	–	684	–	(684)	–
Reserva estatutária	–	–	9.748	9.748	–	(9.748)	–
Dividendos mínimos obrigatórios na proporção de R\$0,08 (em reais) por ação	–	–	–	–	–	(3.250)	(3.250)
Saldos em 31/12/2018	44.345	684	47.397	48.081	(15)	–	92.411
Aumento de capital com montante de dividendos mínimos obrigatórios, com a emissão de 1.367.024 novas ações ordinárias, conforme AGOE de 28/03/2019	3.250	–	–	–	–	–	3.250
Aumento de capital com reserva legal e parte da reserva para a expansão dos negócios sociais, conforme AGOE de 28/03/2019	5.000	(684)	(4.316)	(5.000)	–	–	–
Aumento de capital em dinheiro no montante de R\$140.000, com a emissão de 58.168.901 novas ações ordinárias, conforme AGE de 26/04/2019	140.000	–	–	–	–	–	140.000
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	16	–	16
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	11.548	11.548
Proposta para destinação do lucro:							
Reserva legal	–	577	–	577	–	(577)	–
Reserva estatutária	–	–	8.228	8.228	–	(8.228)	–
Dividendos mínimos obrigatórios na proporção de R\$0,03 (em reais) por ação	–	–	–	–	–	(2.743)	(2.743)
Saldos em 31/12/2019	192.595	577	51.309	51.886	1	–	244.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. **Contexto operacional:** A SUL AMÉRICA ODONTOLÓGICA S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14/05/2010, domiciliada no Brasil, com sede na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, 7º andar, Ala Sul e 11º andar, Pinheiros, no estado de São Paulo. A Companhia foi adquirida em 02/08/2010 pela Sul América Companhia de Seguro Saúde, tendo como objeto social principal a operação de planos privados de assistência à saúde odontológica, conforme autorização concedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 24/01/2011. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA, SAÚDE), com 100% de ações ordinárias e tem como controladora indireta final a Sul América S.A. (SASA). A SASA é uma Companhia de capital aberto controlada pela Sulasapar Participações S.A., com 50,82% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,63% de participação total, e publicou em 21/02/2020 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Nessas demonstrações financeiras, o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA e suas controladas, o qual a Companhia faz parte. 1.1. **Aquisição da Prodent Assistência Odontológica Ltda. ("PRODENT"):** Em 08/10/2018, a SulAmérica publicou fato relevante informando que assinou nesta data, contrato para aquisição de 100% da Prodent Assistência Odontológica Ltda. ("PRODENT"), empresa com sede no estado de São Paulo, pelo preço base de R\$145.700. A conclusão da operação estava condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme previstas no respectivo contrato, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes. Em 31/07/2019, após o cumprimento das condições precedentes foi concluída a aquisição da PRODENT pelo preço atualizado de R\$161.880, ajustado para R\$157.344, posteriormente composto da seguinte forma: • R\$50.879 pagos à vista em 31/07/2019; • R\$4.536 de ajuste de preço pós-fechamento, formalizado através do segundo aditivo contratual, que serão pagos pelos vendedores à compradora no prazo improrrogável de trinta dias corridos da data do segundo aditivo; • R\$54.900 depositado em conta vinculada, referente a potenciais obrigações de novas contingências ainda não identificadas, que serão liberados em até 5 anos caso não ocorram; • R\$20.000 do earn-out de determinadas carteiras privadas, também depositados em conta vinculada, cuja liberação depende de performance e prazos definidos no contrato; e • R\$26.102 retidos, relativo ao preço contingente vinculado a renovação de determinado contrato até 2021, superávencios ativos e encerramento de algumas demandas judiciais conforme condições predefinidas. Com a aquisição, a SulAmérica aumentou sua participação na carteira de planos odontológicos reforçando sua posição de relevância neste segmento. A compra foi realizada pela Companhia e está sendo divulgada nestas demonstrações financeiras como combinação de negócios, conforme o CPC 15 (R1) - "Combinação de Negócios". **Alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation - PPA):** A Administração efetuou o estudo de alocação do preço de compra, com o apoio de consultoria especializada independente, e apurou o preço base de R\$161.880, através do modelo de avaliação econômica-financeira usando o método do fluxo de dividendo descontado (DDM - Dividend Discount Model). O preço base é composto: (i) pelo valor contábil do patrimônio líquido de R\$25.313; (ii) pelos ativos intangíveis reconhecidos na combinação de negócios no montante de R\$40.374; (iii) pelos tributos diferidos de R\$13.727 sobre os ativos reconhecidos; e (iv) pelo ágio de R\$109.920, com fundamento na expectativa de resultados futuros a serem obtidos pela sinergia entre as operações da PRODENT e o planejamento estratégico do plano de saúde da SulAmérica. Durante o período de mensuração foram identificados ajustes em função de novas informações acerca de fatos e circunstâncias já existentes na data de aquisição (conforme detalhado na tabela abaixo), que alteraram o preço base para R\$157.344, compostos pelos seguintes itens ajustados: (i) patrimônio líquido no montante de R\$17.973; (ii) Ativos intangíveis de R\$41.995; (iii) tributos diferidos sobre os ativos reconhecidos de R\$14.278; e (iv) pelo ágio por expectativa de resultados futuros de R\$111.654.

Balanco base para o fechamento da combinação de negócios:

Ativo	Valor contábil	Ajustes	Valor ajustado	Ajustes no período de mensuração	Valor ajustado
Circulante	16.697	–	16.697	562	17.259
Aplicações financeiras	6.628	–	6.628	–	6.628
Contraprestações a receber	7.578	–	7.578	(262) (b)	7.316
Outros	2.491	–	2.491	824 (b)	3.315
Não circulante	22.857	41.995	64.852	652	65.304
Créditos tributários	1.658	–	1.658	861 (b)	2.519
Depósitos judiciais	20.278	–	20.278	(241) (b)	20.037
Intangível	34	41.995 (a)	42.029	(24) (b)	42.005
Outros	887	–	887	(68) (b)	819
Total do ativo	39.554	41.995	81.549	1.090	82.639
Passivo					
Circulante	10.111	–	10.111	2.849	12.960
Provisões técnicas	4.658	–	4.658	1.109 (b)	5.767
Débitos de operações de assistência à saúde	1.060	–	1.060	2.340 (b)	3.400
Outros	4.393	–	4.393	600 (b)	3.793
Não circulante	4.130	14.278	18.408	5.581	23.989
Provisões para contingências	2.623	–	2.623	5.581 (b)	8.204
Tributos e contribuições	–	–	–	–	–
Outros	9	14.278 (a)	14.287	–	14.287
Outros	1.498	–	1.498	–	1.498
Total do passivo	14.241	14.278	28.519	8.430	36.949

(a) O montante de R\$41.995 refere-se aos intangíveis reconhecidos na aquisição, conforme item 13 do CPC 15 (R1), e tem a seguinte composição: • Carteira de clientes, no montante de R\$30.952, relativos a contratos com pessoas jurídicas e físicas, estimado pela metodologia de Income Approach com base no método de Multi-Period Earnings Excess, cuja vida útil foi determinada entre 2 e 5 meses e 13 anos e 5 meses, a depender das características de cada ativo; • R\$11.043 em decorrência de acordo de não competição onde os antigos acionistas que tiveram sua participação comprada ficam impossibilitados de competir direta ou indiretamente com a Empresa adquirida por um prazo de 5 anos a partir da data de fechamento, estimado pela metodologia de Income Approach com base no método With and Without; e • R\$14.278 referente a tributos diferidos sobre os valores anteriormente mencionados. (b) Corresponde a ajustes contábeis efetuados no balanço de abertura da combinação de negócios, cujo efeito no ativo líquido resultou em uma redução de R\$7.340 no patrimônio líquido. A natureza dos principais ajustes são: R\$5.581 pelo complemento de provisões judiciais (cíveis, trabalhistas e fiscais) e administrativas em função da revisão de prognósticos pelos advogados e consulta à ANS; R\$2.340 de complemento de Contas a Pagar de Comissões a Corretores e R\$1.109 de complemento da PPCNG. Adicionalmente, do montante de R\$26.102 retidos do preço de aquisição ajustado, a Companhia liquidou R\$12.786 até 31/12/2019. Também foram amortizados no resultado R\$2.547 referentes aos intangíveis reconhecidos na combinação de negócios. 2. **Apresentação das**

demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 435 emitida em 23/11/2018. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/03/2020. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item reconhecido nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5). 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 3. **Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. **Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • As contraprestações emitidas são apropriadas à receita considerando o período de cobertura do risco, quando se tratam de contratos com preços pré-estabelecidos; • Os agenciamentos de seguros e os custos diretamente relacionados ao processo de angariação são retratados como despesas de comercialização diferidas, e são amortizados pelo prazo máximo de 36 meses de permanência dos segurados na carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices; e • Os eventos indenizáveis são apropriados à despesa, considerando a data de apresentação da conta médica pelos prestadores de serviços da Companhia. 3.1.2. **Balanco patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. **Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros não derivativos são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: 3.2.1. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.2.2. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. **Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. 3.4. **Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. A redução ao valor recuperável é constituída com base nas contraprestações pecuniárias vencidas e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias. **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.5. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidas são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas deferrals temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 1 ano. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.6. **Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: 3.6.1. **Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PPCNG):** A PPCNG é constituída pelo método pro-rata dié, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. 3.6.2. **Provisão de eventos a liquidar:** A Provisão de eventos a liquidar é constituída para a cobertura dos valores a pagar por eventos já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: • O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada das despesas diretamente relacionadas (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), calculada com base nos avisos de evento. 3.6.3. **Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA):** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (Incurred But Not Reported), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e calculada com base no IBNP (Incurred But Not Paid), subtraído da PSL. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em tiragens de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 36 meses, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. 3.7. **Provisões para ações judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. 3.7.1. **Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos

Sul América Odontológico S.A. | CNPJ 11.973.134/0001-05

continuação

controlado em conjunto – Em vigor a partir de 01/01/2019; • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 – Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • Alterações ao IAS 19 (CPC 33 R1) - Os planos de benefícios a empregados da SulAmérica não tiveram alteração, redução ou liquidação. Dessa forma, a alteração do IAS 19 não tem efeito para a SulAmérica. Normas e interpretações novas e revisadas já em vigor, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2019. • **Alterações de forma antecipada pela Companhia.** Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciais dos anos 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar essas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia: • **Alterações de forma antecipada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 48) – IAS 19 (CPC 33 R1) e IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2020; e • Alteração da estrutura conceitual - Em vigor a partir de 01/01/2020.** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a ANS, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela ANS. 4. **Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos através de controles, alocação de capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas em termos das seguintes forma: • **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de identificação e quantificação dos riscos, são elaboradas estratégias de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a risco da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos pela Companhia, dentro de uma consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e a Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as relações relacionadas à gestão dos riscos corporativos e a área de Riscos atua como ponto focal, regulador cabendo a ele, dentro outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. Em 2018, foi criada a área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica com a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada com as áreas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão de risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha de defesa, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SulAmérica. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolve dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem utilizada com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de subscrição, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. 4.2. **Riscos de subscrição:** O risco de subscrição é o risco de não obter o retorno econômico do país. Em 31/12/2019, a Companhia registrou um total de receitas com operações de assistência à saúde de R\$89.720 (R\$97.339 em 2018), compreendidas nas seguintes proporções:

UF	Representatividade	
	2019	2018
SP	39,64%	40,63%
RJ	14,04%	16,48%
PE	7,14%	6,67%
AN	6,96%	7,58%
SC	15,20%	13,58%
MG	3,17%	3,39%
Outros	13,85%	11,67%
Total	100,00%	100,00%

4.2. **Riscos de subscrição:** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas precificações ou na constituição das provisões técnicas. Nos negócios de Odonto a Companhia possui maior flexibilidade

na gestão dos reajustes de seus contratos. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, que podem ser materializadas em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos. 4.2.1. **Riscos de precificação:** Atualmente, a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação, para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias, a Companhia desenvolveu testes de consistência e revisão de Produtos (PARP), também aplicados nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristas as áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, jurídica, de planejamento estratégico e visão do cliente além das áreas de gestão de riscos corporativos e de sustentabilidade. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações pode-se destacar: processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização da rede de prestadores de serviços; programas de saúde ativa e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A redução do resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos destas oscilações no resultado e no Patrimônio líquido.

	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas		
Aumento de 5% na sinistralidade	(2.329)	(1.398)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(646)	(388)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(290)	(174)
Redução de 5% na sinistralidade	2.329	1.398
Redução de 5% nas despesas administrativas	646	388
Redução de 5% nos custos de aquisição	290	174

	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas		
Aumento de 5% na sinistralidade	(2.253)	(1.239)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(547)	(301)
Aumento de 5% nos custos de comercialização diferidas	(389)	(214)
Redução de 5% na sinistralidade	2.253	1.239
Redução de 5% nas despesas administrativas	547	301
Redução de 5% nos custos de comercialização diferidas	389	214

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável é possível nos ramos afetados, sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. Essas variações refletem o crescimento nos negócios da Companhia. 4.2.2. **Riscos de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos no processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas; e • Controles através de modelos estatísticos para avaliar oscilações periódicas discrepantes nas provisões. 4.3. **Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Razões máximas para alocação dos ativos; e • Limites de liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é realizado o teste de VaR (valor at risk) e realizados testes de stress (stress test) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apete a riscos da Companhia. Os cálculos do VaR não apresentaram resultados significativos devido à baixa volatilidade dos ativos (referenciados ao CDI). Seus investimentos, no valor de R\$72.041 em 31/12/2019 (R\$74.503 em 2018) estão indexados 100% em SELIC/CDI. 4.3.1. **Atuarial e Financeira:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente os compromissos assumidos em função do descaimento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos a serem mantidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções diárias da caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2019 e 2018.

Descrição	2019		2018	
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos
Instrumentos financeiros				
Aplicações financeiras	72.041	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	72.041	-	-	-
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	-	4.301	-	-
Provisões técnicas	-	12.338	-	-

Descrição	2019		2018	
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos
Instrumentos financeiros				
Aplicações financeiras	74.503	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	74.503	-	-	-
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	-	2.507	-	-
Provisões técnicas	-	11.489	-	-

(a) Considera a contraprestação pecuniária a vencer, líquido de redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Descrição	2019		2018	
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos
Instrumentos financeiros				
Aplicações financeiras	74.503	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	74.503	-	-	-
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	-	2.507	-	-
Provisões técnicas	-	11.489	-	-

Descrição	2019		2018	
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos
Instrumentos financeiros				
Aplicações financeiras	74.503	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	74.503	-	-	-
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	-	2.507	-	-
Provisões técnicas	-	11.489	-	-

Descrição	2019		2018	
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos
Instrumentos financeiros				
Aplicações financeiras	74.503	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	74.503	-	-	-
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	-	2.507	-	-
Provisões técnicas	-	11.489	-	-

Descrição	2019		2018	
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos
Instrumentos financeiros				
Aplicações financeiras	74.503	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	74.503	-	-	-
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	-	2.507	-	-
Provisões técnicas	-	11.489	-	-

Descrição	2019		2018	
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos
Instrumentos financeiros				
Aplicações financeiras	74.503	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	74.503	-	-	-
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	-	2.507	-	-
Provisões técnicas	-	11.489	-	-

Descrição	2019		2018	
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos
Instrumentos financeiros				
Aplicações financeiras	74.503	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	74.503	-	-	-
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	-	2.507	-	-
Provisões técnicas	-	11.489	-	-

Descrição	2019		2018	
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos
Instrumentos financeiros				
Aplicações financeiras	74.503	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	74.503	-	-	-
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	-	2.507	-	-
Provisões técnicas	-	11.489	-	-

Descrição	2019		2018	
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos
Instrumentos financeiros				
Aplicações financeiras	74.503	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	74.503	-	-	-
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	-	2.507	-	-
Provisões técnicas	-	11.489	-	-

Descrição	2019		2018	
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos
Instrumentos financeiros				
Aplicações financeiras	74.503	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	74.503	-	-	-
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	-	2.507	-	-
Provisões técnicas	-	11.489	-	-

Descrição	Saldo em 31/12/2018		Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2019
	Adição	Redução			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	360	1.372	24	(1.478)	278
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	1	5	2	(3)	5
Programa de Integração Social - PIS	-	3	-	-	3
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	13	-	-	-	13
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	3.632	313	157	(262)	3.840
Outros	1	68	-	(68)	1
Total Circulante	3.994	1.774	183	(1.811)	4.140

Descrição	Saldo em 01/01/2018		Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
	Adição	Redução			
Provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	26	57	-	-	83
Redução ao valor recuperável de créditos	897	792	-	-	1.689
Provisões indevidáveis	-	37	-	-	37
Participações nos lucros	103	370	(81)	-	392
Outros	-	8	-	-	8
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.026	1.264	(81)	-	2.209
PIS e COFINS sobre provisões de eventos/ sinistros a liquidar e PEONIA	384	-	-	(11)	373
Total dos créditos tributários	1.410	1.264	(92)	-	2.582

Descrição	Saldo em 31/12/2018		Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
	Adição	Redução			
Provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	83	219	-	-	302
Redução ao valor recuperável de créditos	1.689	-	(1.034)	-	655
Provisões indevidáveis	37	16	(46)	-	7
Participações nos lucros	392	75	(305)	-	162
Outros	-	8	(8)	-	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.209	310	(1.393)	-	1.126
PIS e COFINS sobre provisões de eventos/ sinistros a liquidar e PEONIA	373	9	-	-	382
Total dos créditos tributários	2.582	319	(1.393)	-	1.508
Outros	-	(1)	-	-	(1)
Total dos créditos tributários	-	(1)	-	-	(1)

Os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias. 8. **Bens e títulos a receber:** Em 31/12/2019, a rubrica "Bens e títulos a receber" contempla basicamente R\$37.969 relativo a valores depositados em conta vinculada referentes a contraprestação contingente, conforme mencionado na nota 1.1. O montante total de R\$79.436 referente às operações descritas anteriormente na nota 1.1, inclui também R\$41.467 registrados na rubrica "Outros créditos a receber a longo prazo" no ativo não circulante. 9. **Investimento:**

Descrição	PRODOT - Assistência Odontológica LTDA.		Total
	Saldo em 01/01/2018	Saldo em 31/12/2018	
Aquisição de investimento (a)	-	157.344	157.344
Aumento de capital (b)	10.000	10.000	20.000
Equivalência patrimonial (c)	(5.121)	(5.121)	-
Saldo em 31/12/2019	162.223	162.223	162.223

(a) Referente a aquisição de investimento, conforme nota 1.1; (b) Em 14/08/2019, a Companhia aumentou o capital da PRODOT em R\$10,00 em dinheiro, com a emissão de 10.000,00 novas quotas, ao preço de emissão de R\$1,00 (reais) por quota; e (c) O resultado de equivalência refere-se a participação sobre o resultado da controlada após a data de aquisição.

Descrição	PRODOT - Assistência Odontológica LTDA.		Total
	Saldo em 01/01/2018	Saldo em 31/12/2018	

Sul América Odontológico S.A. | CNPJ 11.973.134/0001-05

continuação					
14.2. Remuneração da administração: Os Administradores da Companhia receberam as suas remunerações diretamente por outras empresas do grupo SulAmérica. 15. Depósitos judiciais e fiscais, providos judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2019 e 2018, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais trabalhistas e cíveis registradas na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:					
15.1. Depósitos judiciais:					
Descrição	2019	2018			
Ações trabalhistas	11	10			
Total	11	10			
Não circulante	11	10			
15.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:					
Descrição	Saldos em 01/01/2018	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/baixas	Saldos em 31/12/2018
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	10	-	1	-	11
Trabalhistas	55	-	4	-	59
Honorários	1	-	-	-	1
Outros	139	512	184	(122)	713
Subtotal	205	512	189	(122)	784
Tributárias:					
Honorários	10	-	-	-	10
Subtotal	10	-	-	-	10
Total	215	512	189	(122)	794
Circulante					6
Não circulante					788
Descrição	Saldos em 31/12/2018	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/baixas	Saldos em 31/12/2019
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	11	-	2	-	13
Trabalhistas	59	614	29	-	702
Honorários	1	-	-	-	1
Outros	713	85	18	(516)	300
Subtotal	784	699	49	(516)	1.016
Tributárias:					
Honorários	10	-	-	-	10
Subtotal	10	-	-	-	10
Total	794	699	49	(516)	1.026
Circulante					29
Não circulante					997
15.3. Contingências: Em 31/12/2019, o valor total em discussão dos processos judiciais cíveis e trabalhistas especiais, cuja probabilidade da perda é classificada como "possível" é de, respectivamente, R\$665 (R\$0 em 31/12/2018) e R\$72 (R\$205 em 31/12/2018). 16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital social: Em 31/12/2019, o capital social da Companhia é de R\$192.595 (R\$44.345 em 2018), representado por 100.430.284 ações ordinárias nominativas (40.894.359 em 2018), sem valor nominal e totalmente integralizadas. Em 28/03/2019 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$8.250, sendo: (i) R\$5.000, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização do total da Reserva Legal e parte da Reserva para a Expansão dos Negócios Sociais, conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76; e (ii) R\$3.250, com a emissão de 1.367.024 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$2,41 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, na data-base de 28/02/2019, as quais foram subscritas e integralizadas pela acionista Sul América Companhia de Seguro Saúde através de dividendos obrigatórios. Em 26/04/2019 foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$140.000, com a emissão de 58.168.901 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$2,41 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, na data-base de 31/03/2019, as quais foram subscritas e integralizadas pela acionista Sul América Companhia de Seguro Saúde. 16.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 16.3. Reserva estatutária: A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido o limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos. 16.4. Política de distribuição de dividendos: Dividendos obrigatórios: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor. Em 28/03/2019, os Acionistas aprovaram em sede de Assembleia Geral Ordinária a distribuição do dividendo obrigatório referente ao exercício social findo em 31/12/2018, no montante de R\$3.250, para pagamento aos acionistas à razão de R\$0,08 (em reais) por ação, a partir da referida data, esse montante foi integralizado como aumento de capital conforme nota 16.1. 16.5. Distribuição do resultado:					
Descrição	2019	2018			
Lucro antes dos impostos e participações	20.894	21.526			
(-) Impostos e contribuições	(8.264)	(6.753)			
(-) Participações	(1.082)	(1.091)			
Lucro líquido do exercício	11.548	13.682			
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(577)	(684)			
Lucro líquido ajustado	10.971	12.998			
Dividendos mínimos obrigatórios					
25% do lucro líquido ajustado	2.743	3.250			
Total dos dividendos a pagar	2.743	3.250			
Destinação:					
Constituição de reserva estatutária	8.228	9.748			
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício)	8.228	9.748			
17. Detalhamento das contas de resultado: 17.1. Contraprestações líquidas:					
Descrição	2019	2018			
Plano coletivo com patrocinador	84.416	96.274			
Outros	5.304	1.065			
Total	89.720	97.339			
17.2. Eventos conhecidos ou avisados:					
			2019		
			Após a Lei		
Descrição	Rede contratada	Reembolso (a)	Total		
Procedimentos odontológicos	(45.775)	(1.219)	(46.994)		
Total			(46.994)		
2018					
Após a Lei					
Descrição	Rede contratada	Reembolso (a)	Total		
Procedimentos odontológicos	(47.641)	(798)	(48.439)		
Total			(48.439)		
(a) Refere-se aos planos de saúde operados após a Lei 9.656/1998. 17.3. Outras despesas operacionais:					
Descrição	2019	2018			
Despesas com operações de seguros	(100)	(23)			
(Constituição) / Reversão da provisão para riscos de crédito	3.804	(3.848)			
Despesas com cobrança de seguros	(103)	(129)			
Outras	(308)	(193)			
Total	3.293	(4.199)			
17.4. Despesas de comercialização:					
Descrição	2019	2018			
Contraprestações	(5.013)	(5.338)			
Agenciamento	(257)	(66)			
Varição de despesas de comercializações diferidas	(569)	(2.785)			
Total	(5.839)	(8.389)			
17.5. Despesas administrativas:					
Descrição	2019	2018			
Pessoal próprio	(10.547)	(9.153)			
Serviços de terceiros	(3.436)	(1.111)			
Localização e funcionamento	(2.452)	(1.879)			
Despesas com tributos	(805)	(955)			
Outras	(686)	(2.296)			
Total	(17.926)	(15.394)			
17.6. Resultado financeiro líquido:					
Descrição	2019	2018			
Títulos e valores mobiliários	6.889	4.088			
Valor justo por meio do resultado	6.889	4.088			
Operações de seguros	263	309			
Outros	(136)	824			
Total	6.816	5.221			
17.7. Reconciliação de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrado a seguir:					
		2019		2018	
Descrição	Imposto de renda	Contribuição social de renda	Imposto de renda	Contribuição social	
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	20.894	20.894	21.526	21.526	
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(5.224)	(1.880)	(5.382)	(1.937)	
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	
Correntes:					
Adições:					
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(160)	(58)	(41)	(15)	
Despesas dedutíveis	(215)	(30)	(151)	(31)	
Resultado negativo com equivalência patrimonial	(1.280)	(461)	-	-	
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	(582)	(210)	
Provisões não dedutíveis	-	-	(103)	(37)	
Outras	-	-	(158)	(70)	
Subtotal	(1.656)	(549)	(1.035)	(363)	
Exclusões:					
Reversão de provisões não dedutíveis	98	35	-	-	
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável	760	274	-	-	
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	254	91	262	94	
Outras	140	63	-	-	
Subtotal	1.252	463	262	94	
Redução de incentivos fiscais	406	-	432	-	
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(5.222)	(1.966)	(5.723)	(2.206)	
Diferidos:					
Constituição de crédito tributário sobre diferenças temporárias	(764)	(312)	837	339	
Receltas (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	(764)	(312)	837	339	
Receltas (despesas) com imposto de renda e contribuição social	(5.986)	(2.278)	(4.886)	(1.867)	
Alíquota efetiva	28,65%	10,90%	22,70%	8,67%	
Alíquota efetiva combinada			39,55%	31,37%	

18. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:		
		2019
Descrição	Plano de pensão de benefício definido	Total
Base de cálculo	24	24
Imposto de renda	(6)	(6)
Contribuição social	(2)	(2)
Total	(8)	(8)
Líquido	16	16
		2018
Descrição	Plano de pensão de benefício definido	Total
Base de cálculo	(22)	(22)
Imposto de renda	5	5
Contribuição social	2	2
Total	7	7
Líquido	(15)	(15)

19. Conciliação entre resultado líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais:			
		2019	2018
Lucro líquido do exercício		11.548	13.682
Mais:			
Depreciações e amortizações		143	137
Juros e variações monetárias de provisões para ações judiciais e obrigações fiscais		49	189
Resultado negativo de equivalência patrimonial		5.121	-
Menos:			
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais		(1)	(1)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar		(184)	-
Atividades operacionais			
Varição de aplicações financeiras		2.454	(19.462)
Varição de créditos de operações com planos de assistência à saúde		(3.156)	(38)
Varição de créditos tributários e previdenciários		29	406
Varição de ativo fiscal diferido		1.084	(1.183)
Varição de bens e títulos a receber		(38.241)	(426)
Varição de outros créditos a receber de longo prazo		(41.677)	(2)
Varição de débitos de operações de assistência à saúde		267	7.137
Varição de despesas de comercialização diferidas		(267)	2.677
Varição de tributos e contribuições a recolher		6.641	8.854
Varição de provisões		522	(99)
Varição de débitos diversos		78.658	1.703
Varição de provisões técnicas de operações de assistência à saúde		849	1.995
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.866)	(7.705)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		18.157	16

20. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento: Conforme nota 16.1, a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$8.250, mediante a capitalização do total da Reserva Legal, de parte da Reserva para Expansão dos Negócios Sociais e de dividendos a pagar. 21. Eventos Subsequentes: Deliberações de dividendos: Em 16/03/2020, a Companhia: (i) Aprovou a distribuição de dividendos intercalares sobre o saldo de reserva estatutária apurado em 29/02/2020 no montante de R\$29.000, sendo R\$0,27 (em reais) por ação ordinária, para pagamento a partir da data mencionada; e (ii) Antecipou o dividendo obrigatório referente ao exercício social findo em 31/12/2019, no montante de R\$2.743, sendo R\$0,03 (em reais) por ação, para pagamento a partir da data mencionada. Comunicado sobre o COVID-19: Em 17 de março de 2020 a controladora Sul América S.A. divulgou comunicado ao mercado e seus acionistas em geral sobre as medidas que estão sendo adotadas para proteger suas operações, seus beneficiários, colaboradores e respectivas famílias desde o início do surto e atual pandemia do novo coronavírus (COVID-19). As principais são: • Reuniu um time multidisciplinar de especialistas para acompanhar a evolução dos registros da doença, orientar e atender com precisão seus mais de 2,3 milhões de beneficiários em saúde, incluindo seus mais de 5,4 mil funcionários e respectivas famílias; • Recorreu a duas das maiores autoridades em infectologia no país para produzir conteúdos informativos para os clientes e seus funcionários, bem como treinar e orientar médicos e demais profissionais de saúde; • Realiza reuniões diárias por um comitê técnico criado especificamente para essa crise, para avaliar as ações implementadas, monitorar indicadores e principalmente decidir sobre eventuais ajustes de rota, sempre com intuito de minimizar danos à saúde das pessoas e ao sistema; • Disponibilizou o serviço Médico na Tela, que fornece consultas por vídeo chamada pelo aplicativo SulAmérica Saúde, de forma irrestrita para todos os beneficiários e criou um canal telefônico para informações sobre o COVID-19; e • Para seus colaboradores, a SulAmérica definiu regime de trabalho domiciliar (home office ou home working) desde 16 de março de 2020 para a população mais sensível ao risco (maiores de 60 anos, gestantes e pacientes crônicos, como por exemplo cardíacos, diabéticos, imunodeprimidos ou pessoas com doenças respiratórias preexistentes), além de incentivar o trabalho a distância para toda sua força de trabalho, em linha com o foco da Companhia em mobilidade e colaboração. Por se tratar de estágio inicial da proliferação do novo COVID-19 no Brasil deve-se observar ao longo das próximas semanas e meses como a situação, que ainda é bastante volátil, irá evoluir, desta forma a SulAmérica não tem ainda como quantificar ou estimar potenciais impactos financeiros em seus resultados.

Conselho de Administração:
 Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas.
 Conselheiros: Carlos Infante Santos de Castro; e Gabriel Portella Fagundes Filho.
 Diretores Vice-Presidentes: André Luiz Lauzani dos Santos; Cristiano Donisete Barbieri; Marco Antonio Antunes da Silva; Patrícia Quirico Coimbra; Raquel Reis Correa Giglio; e Ricardo Botas Dourado dos Santos.
 Diretores(as): Alessandra Maia Marinho Basile; Christian Rogério Menezes; Emi Andrey Erika Fuga Rossi; Fabiane Reschke; Gilson Bocheritman; Helton Augusto Pereira Barbosa; José Carlos dos Santos Vieira; José Henrique Pimentel de Melo; Laenio Pereira dos Santos; Luciano Macedo de Lima; Marcelo Sumon Mascaretti; Marco Antonio Neves; Reinaldo Amorim Lopes; Renato Roperto; Ricardo Augusto de Campos Soares; Solange Zaqueu Thompson Motta; e Tereza Villas Boas Veloso.
 Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ 076.168/O-7; Atuarial: Manuelle Maggesi Garcez - MIBAM/TPS/2244

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
 Rio de Janeiro, 26 de março de 2020
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes
 CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ
 Roberto Paulo Kenedi - Contador
 CRC nº 1 RJ 081401/O-5



ORÇAMENTO DE GUERRA

Congresso pode anular atos de crise do Executivo na pademia do coronavírus

O comitê terá amplos poderes como fixar a orientação e aprovar as ações de enfrentamento da crise

Diante dos desencontros do Executivo para enfrentar a pandemia do coronavírus, o Congresso Nacional tenta garantir na proposta de criação do “orçamento de guerra” a previsão de que o Legislativo poderá sustar qualquer decisão do comitê de gestão da crise que será criado para coordenar os trabalhos. A insistência do presidente Bolsonaro em pedir a abertura de comércios e incentivar o fim da quarentena elevam o temor de que ele possa autorizar medidas contrárias às recomendações das autoridades sanitárias, incluindo a Organização Mundial de Saúde (OMS).

O comitê terá amplos poderes como fixar a orientação geral e aprovar as ações de enfrentamento da crise. A ideia é aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) na Câmara ainda esta semana. A PEC vai incluir as medidas para ampliar o poder de fogo do Banco Central na crise e também retirar todas as amarras do Orçamento para o aumento de gastos em resposta à pandemia, incluindo restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Na primeira versão da proposta do “orçamento de guerra”, previa-se que a composição do comitê de gestão de crise teria como chefe o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

Essa regra ainda está sendo aperfeiçoada. Em uma das versões mais recentes, a proposta era a que o desenho do conselho fosse definido por Bolsonaro por meio de decreto. A intenção seria deixar o Executivo solto, sem amarras, para evitar conflitos, ainda mais diante do crescimento da tensão entre o presidente e Mandetta. O ponto é sensível e está novamente sendo rediscutido. O comitê terá amplos poderes como fixar a orientação geral e aprovar as ações durante o período de calamidade. Ele poderá contratar pessoal, obras, serviços e compras para o enfrentamento da calamidade. As despesas para o combate da

crise estarão dispensadas das restrições legais, desde que não sejam permanentes. A ideia do orçamento paralelo tem o objetivo de impedir que o governo misture tudo no orçamento fiscal regular e dificulte a fiscalização futura daquilo que não é urgente. Além disso, há uma preocupação de que as travas fiscais e orçamentárias impeçam uma ação adequada contra a crise. Há preocupação de que a busca por brechas na Constituição e na LRF para tratar do momento de crise acabem por criar precedentes ruins para as situações de normalidade quando a crise acabar. Pela nova versão, discutida ontem à tarde, o Tesouro Nacional terá de autorizar

as compras do Banco Central de carteiras de crédito e títulos privados de créditos. O Tesouro terá de informar os valores imediatamente ao Congresso Nacional. As compras, de acordo com o texto, vão requerer aporte de capital de pelo menos 25% pelo Tesouro Nacional. O Banco Central fica autorizado a acolher depósitos voluntários (recursos que os bancos deixam aos clientes), à vista ou a prazo, com limite de um ano das instituições financeiras. Também poderá comprar e vender direitos creditórios e títulos privados de crédito em mercados secundários, no âmbito de mercados financeiros, de capitais

e de pagamento. Todas as ações judiciais contra as decisões do comitê de gestão da crise serão da competência do Superior Tribunal de Justiça, ressalvada a competência originária do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral e do Superior Tribunal Militar. A PEC prevê a prescrição de todas as ações contra atos praticados, durante o período de calamidade, inclusive as de ressarcimento, no prazo de 90 dias contados a partir da data de encerramento do estado de calamidade pública. O Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizará os atos de gestão do comitê de gestão da crise.